



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

Bruna Juliane Queiroz Tome

**As reformas educacionais neoliberais do Centro Paula Souza no
governo José Serra (2007-2010):**

mercantilização e privatização

Marília
2025

Bruna Juliane Queiroz Tome

**As reformas educacionais neoliberais do Centro Paula Souza no
governo José Serra (2007-2010):
mercantilização e privatização**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Ciências
Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da
Universidade Estadual Paulista – UNESP -
Câmpus de Marília, para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais

Financiadora: FAPESP – Proc.. 2024/03935-5
CNPq- 4/2022 e 9/2023 - PIBIC

Orientador: Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes

Marília
2025

T656r

Tome, Bruna Juliane Queiroz

As reformas educacionais neoliberais do Centro Paula Souza no governo José Serra (2007-2010) : mercantilização e privatização / Bruna Juliane Queiroz Tome. -- Marília, 2025
53 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Henrique Tahan Novaes

1. Educação e Estado. 2. Neoliberalismo. 3. Privatização na educação. I. Título.

Bruna Juliane Queiroz Tome

As reformas educacionais do Centro Paula Souza no governo José

Serra (2007-2010):

mercantilização e privatização

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais

Financiadora: FAPESP – Proc.2024/03935-5
CNPq- 4/2022 e 9/2023 - PIBIC

Banca Examinadora

Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Prof. Dr. George Amaral Pereira
SEDUC-CE

Prof. Me. Bruno Michel da Costa Mercurio
FATEC – Garça

Marília, 09 de dezembro de 2024.

Aos meus pais, pelo imenso apoio ao longo do caminho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, aos meus pais sem eles nada estaria sendo possível. Reconheço todo o esforço do meu pai Lúcio, quem sempre me apoiou, me incentivou, fazendo o que fosse preciso para tornar esse sonho realidade. Do mesmo modo, agradeço a minha mãe, Tatiana, quem me ajudou e acreditou em mim.

Agradeço a minha família, Tia Lúcia, Kiko, Miriam, Nina, Lilian, Tio Nelson, Armando, Sergio, Vó Iraci, Vô Pedro, minhas primas Amanda, Fabiane, Jaqueline, meu padrasto Edner, minha madrastra Selma, enfim a todos que ajudaram da forma que fosse possível, sempre me incentivando a seguir nos estudos.

Não esqueço daqueles que, infelizmente, perdi durante a minha jornada na graduação e que fazem imensa falta: minha tia Laura, que deu todo apoio possível para os meus estudos, minha Vó Izaura e meu tio Paulo, quem muito me ensinaram.

Grata, também, aos amigos, amigas e amigos feitos na FFC, sem eles tudo teria sido mais difícil e bem sem graça.

Agradeço ao grupo PET de Ciências Sociais, por todas amizades feitas por lá, pelas atividades desenvolvidas e conhecimentos adquiridos.

Agradeço à FAPESP pela concessão da bolsa de pesquisa, sob o processo nº 2024/03935-5, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E, também ao CNPq pela concessão da bolsa de pesquisa nos editais 04/2022 e 09/2023 do PIBIC.

Por fim, agradeço ao meu orientador, por todo apoio durante a pesquisa.

RESUMO

Este trabalho busca analisar as reformas educacionais no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) durante o governo do estado de José Serra de 2007 a 2010, a fim de compreender se a expansão dessa instituição aconteceu, de acordo com o modelo neoliberal, de modo a gerar um processo de mercantilização, o qual molda a educação de acordo com as demandas do mercado e do próprio capital, convergindo, sempre, com os interesses das classes dominantes. Nesse sentido, para alcançar os objetivos, utilizou-se do método qualitativo, através de pesquisa bibliográfica, com a abordagem dialética, baseando-se na perspectiva metodológica de Karel Kosik, na qual se busca a essência da realidade. O foco no Centro Paula Souza (CPS) ocorre, pois ele faz parte do sistema educacional paulista, um dos mais importantes do país, possuindo várias Escolas Técnicas (ETECs) e Faculdades de Tecnologia (FATECs). Nos anos 2000, o CPS passou por uma expansão, a qual foi analisada e se percebeu que as reformas alinharam-se com o perfil neoliberal do então governador, causando a mercantilização da educação, através da abertura da instituição para as parcerias público-privadas, causando, também, a privatização da educação. Sendo, esta, a solução encontrada para a falta de autonomia orçamentária enfrentada pelo CEETEPS, de forma a causar impactos negativos na qualidade da formação do sujeito estudante.

Palavras-chave: Centro Paula Souza. Neoliberalismo. Mercantilização.

ABSTRACT

This work aims to analyze the educational reforms at the Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) during José Serra's administration from 2007 to 2010, in order to understand whether the expansion of this institution occurred in accordance with the neoliberal model, thereby generating a process of commodification that shapes education according to the demands of the market and capital itself, always aligning with the interests of the dominant classes. In this context, to achieve these objectives, a qualitative method was employed through bibliographic research, utilizing a dialectical approach based on the methodological perspective of Karel Kosik, which seeks the essence of reality. The focus on the Centro Paula Souza (CPS) is justified as it is part of the São Paulo educational system, one of the most important in the country, comprising several Technical Schools (ETECs) and Technology Colleges (FATECs). In the 2000s, CPS underwent an expansion that was analyzed, revealing that the reforms aligned with the neoliberal profile of the then governor, leading to the commodification of education through the opening of the institution to public-private partnerships, which also resulted in the privatization of education. This was viewed as a solution to the budgetary autonomy issues faced by CEETEPS, which in turn negatively impacted the quality of education for students.

Keywords: Centro Paula Souza. Neoliberalism. Mercantilization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Agentes privados e cursos técnicos sob sua intervenção no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (2000-2018)	45
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do número de Etecs e Fatecs

43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEET	Centro de Educação Tecnológica do Estado de São Paulo
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPS	Centro Paula Souza
DCF	Ditadura do Capital Financeiro
DEM	Ditadura Empresarial-Militar
DEM	Democratas
ETECs	Escolas Técnicas Estaduais
FATECs	Faculdades de Tecnologia
FHC	Fernando Henrique Cardoso
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PFL	Partido da Frente Liberal
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SEFOR	Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	NEOLIBERALISMO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	16
2.1	Breve histórico sobre a educação brasileira	16
2.2	O processo de mercantilização da educação	20
3	OS EFEITOS DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O CASO DO CENTRO PAULA SOUZA DURANTE O GOVERNO SERRA	29
3.1	Breve análise sobre a história da educação profissional no Brasil	29
3.2	Breve histórico sobre a criação e desenvolvimento do Centro Paula Souza	34
3.3	A questão da dualidade entre o ensino propedêutico e profissional	38
3.4	As reformas educacionais do Centro Paula Souza no governo José Serra	42
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo analisar as reformas educacionais ocorridas no Centro Paula Souza (CPS), durante o governo de José Serra no estado de São Paulo, ou seja, no período de 2007 a 2010, de modo a observar quais foram os efeitos das políticas neoliberais adotadas por essa gestão dentro dessa importante instituição.

O foco no CPS deve-se ao fato dele fazer parte do sistema educacional paulista, um dos sistemas mais importantes do país, tendo várias Escolas Técnicas (ETECs) e Faculdades de Tecnologia (FATECs). Nos anos 2000, houve uma importante expansão do Centro e diante disso, busca-se compreender qual foi o modelo adotado, analisando se as reformas ocorridas nesse período foram dentro do modelo das políticas neoliberais defendidas pelo então governador.

Nesse sentido, considera-se o contexto da crise estrutural do capital para explicar as reformas educacionais implementadas pelo CPS. Assim, Mészáros explica que “[...] uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (Mészáros, 2011, p. 796-797). Logo, sendo uma crise generalizada, a crise estrutural do capital, interfere profundamente no complexo educacional, já que este está submetido à lógica do capital, sendo reorganizado para atender as demandas do mercado.

Assim, essa reorganização foi iniciada nos anos 1990 e, segundo Mendonça (2019), tornou a educação uma das áreas de atuação do capital, como tentativa de solucionar a crise, resultando, então, na intensificação da interferência neoliberalista no país, principalmente, no complexo educacional. Corroboramos, portanto, com a ideia de Rafael, Ribeiro e Segundo, os quais dizem que:

A educação da atualidade está voltada aos interesses do capital enquanto a formação humana está presente na maioria das vezes, apenas no papel. Vê-se que na hora da prática o ensino vislumbra a aplicabilidade, o consumo e o retorno financeiro acima de tudo, especialmente na educação profissional. Esquece-se que por trás daquele aluno que busca aprender está um ser humano e ele deseja muito mais que uma profissão, ele deseja inserção na sociedade. Notadamente na educação profissional é marcante a ideologia empresarial e capitalista no estudo de determinada profissão, prepara-se o estudante inclusive para o empreendedorismo, uma vez que já é previsível que não haja lugar para todos no mercado de trabalho (Rafael et al., 2016, p. 380 e 381).

Neste trabalho, procuramos, de modo mais específico, entender a relação entre o sistema econômico vigente e a educação proposta pelo governo Serra, envolvendo: o processo de mercantilização direta e indireta da educação e as parcerias público-privadas.

Para se chegar aos objetivos postos, faremos uma breve retrospectiva sobre a educação pública no Brasil, de modo a perceber quais foram as primeiras ideias de privatização da educação, ou seja, quais foram as iniciativas semeadas já tendo um carácter elitista, excludente, as quais até hoje oferta seus frutos, através do neoliberalismo. Além disso, analisaremos o histórico do Centro Paula Souza, como foi seu surgimento e como se chegou na sua atual condição, tendo como foco o período das reformas entre 2007 a 2010, conforme dito anteriormente.

A fim de se alcançar os objetivos, este trabalho consistirá em utilizar o método qualitativo, baseado em pesquisa bibliográfica, com obras relacionadas às temáticas da educação, neoliberalismo, mercantilização e história do Centro Paula Souza. Utiliza-se, então, uma abordagem dialética, de modo a estabelecer relações entre as reformas educacionais e o contexto mais amplo, englobando elementos de carácter econômico, político e social próprios do período estudado, sob os quais estão submetidos, considerando, pois, as relações existentes entre a economia e a educação brasileira.

Segue-se, então, a perspectiva metodológica de Karel Kosik (1976), na qual se deve sair da pseudoconcreticidade, onde se entende que a realidade é uma aparência, devendo chegar à essência, através da correlação de fatos, e não os entendendo isoladamente. Assim, através do estudo, procura-se entender que a realidade das reformas educacionais do Centro Paula Souza não são o que as mídias e o neoliberalismo propagam, de modo a se chegar na compreensão de que as atuações neoliberais não são qualitativas para os estudantes, nem para os profissionais envolvidos, já que estes não são a prioridade do neoliberalismo, sendo o capital o protagonista de suas preocupações. Sendo essa, portanto, a verdadeira essência da realidade sobre o tema estudado.

Então, esta pesquisa possui como hipótese que foi no governo Serra, quando o Centro Paula Souza passou a ter forte influências do mercado, passando a ter uma forte mercantilização da educação, a qual abriu portas para a privatização, através das parcerias público-privadas, gerando, por conseguinte, a precarização tanto do

ensino proporcionado aos estudantes, quanto às condições dos profissionais do CPS envolvidos nesse processo totalmente guiado pela lógica do capital.

Nesta perspectiva, este TCC foi estruturado em envolve dois capítulos, com cada um tendo um importante enfoque para constituir a conclusão desta pesquisa. No primeiro, veremos de modo mais geral como o neoliberalismo chegou à educação, através de uma retomada histórica sobre o processo de mercantilização, analisando quais foram os primeiros indícios sobre tornar a educação uma mercadoria. Assim, veremos como a educação foi tratada nos primórdios da República, quais foram as mudanças ocorridas ao longo do tempo e destacando a luta pela educação pública por Florestan Fernandes. Além disso, analisaremos o período da ditadura empresarial militar e sua transição para a ditadura do capital financeiro, quais foram as consequências, o que aconteceu no período de “redemocratização” e por fim, chegando nos anos 1990, veremos a chegada do neoliberalismo, o qual tomará conta da economia brasileira e, principalmente, da educação.

Já no segundo capítulo, veremos os desdobramentos da mercantilização da educação no Centro Paula Souza. A priori, será feita uma análise sobre a história do CPS e da própria educação profissional, de modo a observar como foi seu desenvolvimento, desde seu surgimento até os dias atuais, averiguando as mudanças ocorridas e suas consequências. Outrossim, discutiremos sobre a educação profissional, sobre as reformas ocorridas no governo de José Serra, analisando quais foram as modificações feitas e o que se desdobrou a partir disso.

Por fim, teremos as considerações finais deste trabalho, apresentando as conclusões, verificando se as hipóteses estavam corretas e relatando os resultados obtidos, através de uma síntese da pesquisa realizada, a qual relata as reformas educacionais do Centro Paula Souza e suas consequências para os estudantes e profissionais envolvidos nesse descaso educacional proporcionado pelo neoliberalismo e sua forte preocupação com o capital.

2 NEOLIBERALISMO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Para entendermos como a mercantilização da educação vem ocorrendo, é necessário que se faça uma análise de como chegamos a essa situação, através de uma retomada histórica acerca desse processo e do próprio neoliberalismo, compreendendo como essa política econômica ganha força e se torna hegemônica, colocando em prática suas proposições, de modo a afetar o complexo educacional, gerando consequências negativas.

Veremos, então, neste capítulo, um breve histórico sobre a educação no Brasil e como ela se relaciona com o contexto político e econômico, até chegarmos na conjuntura neoliberal, a fim de entender como as reformas concretizaram-se e ainda continuam persistindo, já que a educação nunca foi posta como uma preocupação em destaque, sendo as lutas necessárias até os dias atuais, com o intuito de reivindicar uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

2.1 Breve histórico sobre a educação brasileira

Nos primórdios da República, viu-se como sua Proclamação não trouxe muitas mudanças para o país, pois houve mais continuidades do que descontinuidades, preservando os traços crônicos da formação social brasileira. No contexto externo, vemos a ocorrência das duas guerras mundiais, da crise de 1929, que afetaram o Brasil, sendo acontecimentos importantes para possibilitar a industrialização, a formação do Estado e o crescimento de ideias nacionalistas. Além disso, internamente, houve o nascimento da burguesia industrial nativa, as lutas pelo trabalho assalariado livre, início do tenentismo, formação sindical e de novos partidos políticos e também, as novas propostas para a educação, vindas tanto da esquerda como da direita (Novaes e Okumura, 2021).

Avançando nos anos, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quase nada mudou em relação à educação para o povo, tendo em vista a persistência do analfabetismo, porém com uma diferença: era possível um curso de qualificação para trabalhar na indústria. Nesse sentido, as reformas educacionais dos anos 1930 são, para Antônio Candido, apenas uma “reforma ampla”, na qual ampliou e melhorou a entrada do povo na educação e enriqueceu a formação da elite, não sendo, então, uma revolução educacional, já que a situação do povo pouco melhorou.

Candido reforça, também, que reformas não são suficientes, como pensam os liberais, mas é necessária uma revolução, a fim de mudar as estruturas, modificando o ensino de forma profunda, trazendo acessibilidade e igualdade de oportunidades. Sobre os anos posteriores ao “movimento revolucionário de 1930”, Candido afirma que as mudanças foram pouco significativas, e o que vale mencionar é sobre os anos 1940, quando os índices de escolarização primária foram cerca de 40% nos estados de São Paulo e de Santa Catarina (Candido, 1984, p.28, apud Novaes e Okumura, 2021, p.54).

Durante os anos 1950 e 1960, a luta pela educação pública persiste. Em 1958, Carlos Lacerda propôs um substitutivo de lei de bases e diretrizes da educação nacional, neste Lacerda defendia a divisão das verbas também para as escolas privadas, acusando o Estado de monopolizar a educação, defendendo, então, o ensino privado através de verbas públicas. Ao colocar a elite como prioridade, deixando o povo como mero coadjuvante, podemos identificar o germe das ideias de privatização surgindo na educação; vemos o ponta pé inicial de uma concepção elitista que tomará força, e, mesmo que encontrando resistências e lutas, foi ganhando seu espaço no âmbito educacional brasileiro até hoje.

Um dos elementos dessa luta contra o substitutivo de Lacerda, temos o “Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados” datado em janeiro de 1959, aqui se fizeram válidas críticas à educação da época, destaca-se as falhas no ensino público ocorridas por causas externas a ele, como por exemplo: aumento demográfico, industrialização, urbanização, falta de espírito público, falta de planejamento e falta de investimento. Enfatiza-se, também, que o ensino público é uma conquista e não um balcão de negócios. Vários autores assinaram esse manifesto, dentre eles destaca-se a figura de Florestan Fernandes.

Dentro da luta contra a entrada de forças privadas na educação, temos como importante protagonista o pensador Florestan Fernandes. Este atuou efetivamente na luta a favor da educação pública, acreditando que as intenções privadas eram as ações de empresas com o objetivo de transformar a educação, que é um direito do cidadão, em mercadoria, visionando apenas o lucro, não levando em conta a qualidade e ainda, usando de verba públicas. Nessa perspectiva, Florestan foi parte importante da “Campanha em Defesa da Escola Pública”, tendo em vista sua participação no manifesto contra Lacerda. Na campanha, foram destacadas várias questões sobre a educação, de modo a explicitar sua relevância tanto para os

educadores, como para a população, dentre elas: a importância de um ensino laico na escola pública. Florestan reforça, também, nessa campanha, a maneira como o Estado lida com a educação; sendo um governo democrático, deveria intervir no processo histórico brasileiro, de modo a colocar a educação como um direito a fim de instruir a sociedade letrada, tecnológica, democrática e industrial (Novaes e Okumura, 2021).

Mesmo com tanta luta, o pior aconteceu, um golpe levou o país a um duro período para todos os âmbitos, principalmente, da educação. O golpe de 1964 foi um golpe empresarial-militar, o qual interrompeu a luta pelo ensino público iniciada na democracia, a educação tornou-se despolitizada, a partir daqui, houve grande expansão dos ideais de mercantilização educacional.

Uma grande influência nesse processo da mercantilização da educação foram os desdobramentos da transformação da ditadura empresarial-militar (DEM) em ditadura do capital financeiro (DCF), sendo uma transição longa e trágica. A DEM iniciou-se em 1964, é caracterizada pelo poder voltado ao capital internacional, recompondo o latifúndio, destruindo organizações da classe trabalhadora, do movimento estudantil, surgindo intelectuais assépticos, não havendo mais a formação de intelectuais públicos. Como exemplo, há o caso da UnB, onde em torno de 80% dos professores pediram demissão, por causa da intensificação da ditadura. Outro caso é o Nordeste, onde há a interrupção da educação proposta por Paulo Freire, quem propunha uma alfabetização do povo de maneira política. É nesse período que se cria empresários nacionais da educação, ou seja, é nela que se forma o mercado educacional. Nesse contexto, também, há uma expansão das universidades públicas, estas formaram “tecnoburocratas” ou gestores do capital, que tinham um pensamento contra a classe trabalhadora, já que o estímulo da Doutrina de Segurança Nacional era contra qualquer ideia mais à esquerda. Além disso, o direito à educação foi alterado na lei, havendo ampliação de 4 para 8 anos, porém, na realidade, quase nada mudou, pois não se criou condições para efetivar a proposta (Novaes e Okumura, 2021).

Após esse intenso período, veio a fase da redemocratização durante os anos 1980. Aqui se retomou as lutas pela educação, continuando com a defesa do ensino público, gratuito e com qualidade. Florestan estava presente nessa luta até sua morte, afirmando a necessidade de uma revolução no país, participando dos Fóruns em Defesa da Escola Pública e como deputado constituinte, da Assembleia Nacional

Constituinte de 1987-88. Até hoje, as mudanças não foram tão profundas, havendo novas demandas e complexidades (Novaes e Okumura, 2021).

Podemos, então, dizer que a ditadura empresarial militar foi o primeiro passo da expansão da educação privada, foi nela que se iniciou o processo, no qual a educação é vista como mercadoria, não sendo um direito, não existindo espaços para os serviços públicos. Nessa visão, o papel do Estado é de criar as condições gerais para a produção e reprodução da educação privada, já que a educação é uma mercadoria rentável.

Os autores Novaes e Okumura (2021) acreditam que a passagem de DEM em DCF ocorreu sem rupturas, de modo lento, gradual e seguro, não permitindo perder o controle do processo e muito menos de ter uma gestão democrática dos sistemas educacionais. Assim, o Brasil não se redemocratizou, apenas se converteu em outro tipo de ditadura e, conseqüentemente, a educação também não foi democratizada de fato, existindo o dever da gestão democrática somente no âmbito legal.

Com a DCF, o regime vigente é o de acumulação flexível, no qual, segundo Saviani (2013), há a substituição do taylorismo-fordismo pelo toyotismo, deslocando mecanismos de controle para dentro da própria empresa, tornando secundário o papel do Estado e dos sindicatos. Novaes e Okumura discorrem sobre a problemática a acumulação flexível:

O problema desse novo regime de acumulação é que, se na DEM, que tinha como base o regime de acumulação taylorista-fordista, os jovens qualificados conseguiam emprego com carteira assinada, em geral em função das altas taxas de crescimento econômico do país, no regime de acumulação flexível e financeirizado, o sucesso e a ascensão social da juventude não estão garantidos. Baixas taxas de crescimento econômico, desnacionalização da economia, abertura comercial, crescimento dos fundos de pensão, processos de privatização colocam em xeque a famosa bandeira: “Estude e se qualifique, que você terá sucesso”. Estudar e se qualificar não é mais garantia de nada (Novaes e Okumura, 2021, p. 85).

Então, é importante destacar que a educação está aliada às fases econômicas do país. Saviani (2013) nos explica muito bem isso, dizendo que nos anos 1950 e 1970, havia uma visão produtivista de educação, através da pedagogia tecnicista, já que o regime de acumulação era o taylorista-fordista, aqui se tentava implantar escolas com mecanismos iguais aos do trabalho presente nas fábricas. Já no final dos anos 1980, entram em voga as reformas educativas neoliberais, as quais continuam a existir. A influência desta é o Toyotismo, tendo como objetivo a flexibilização e diversificação da organização da escola e do trabalho pedagógico. Assim, o Estado

exerce uma função secundarizada, transferindo responsabilidades, priorizando as formas de avaliação institucional. Nesse sentido, na educação há o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, de modo a inserir no gerenciamento das crises a fim de manter a ordem vigente.

Sobre a concepção de educação na segunda metade do século:

Os dispêndios da educação passaram a ser considerados desejáveis não apenas por razões sociais ou culturais, mas especificamente por motivos econômicos, transformando-se num investimento de retorno ainda mais compensador do que outros tipos de investimento ligados à produção material. A educação passou, pois, a ser concebida como sendo dotada de um valor econômico próprio, sendo considerada como um bem de produção (capital), e não apenas de consumo (Saviani, 2013, p.97).

Compreende-se, então, com o panorama histórico da mercantilização da educação no Brasil, como lutas sempre foram necessárias, já que a fomentação da visão mercantilizada esteve sempre presente, ou seja, as forças que impulsionaram o germe da mercantilização da educação existem há tempos, e, assim, a resistência e a luta contra essa concepção, também, sendo encontradas ao longo do caminho, juntamente com a relação intrínseca entre educação e as diferentes fases econômicas do país.

2.2 O processo de mercantilização da educação

Sendo a educação vista como um capital, analisaremos, agora, como, infelizmente, ocorreu todo esse processo de mercantilização. A priori, será apresentado o contexto que se deu o neoliberalismo no Brasil e qual foi sua intensidade ao longo dos governos. Afirma-se que a entrada desse vilão ocorreu no final dos anos 90, devido a coalizão de centro-direita entre PSDB e o PFL (sigla que mudou para DEM e hoje, após fusão com PSL, é chamado de União Brasil) e com isso, iniciava-se um movimento a favor das “referências nacionais curriculares”. Com a entrada do PT no poder, mesmo sendo um governo considerado de esquerda, não houve o travamento desse movimento, mas somente ocorreu uma diminuição do seu ritmo. E, após o golpe de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma, esse movimento foi intensamente retomado (Freitas, 2018, p.9).

Nesse sentido, Freitas (2018) explica como a “nova direita” entrou na disputa pelos caminhos a serem tomados pela educação brasileira. Para ele, essa nova direita

combina o liberalismo econômico, neoliberal, já que retoma o liberalismo clássico do século XIX, com o autoritarismo social. E essa combinação atuou dentro e fora dos períodos de governo da esquerda, através de uma organização de uma rede de influências, tendo partidos políticos, fundações, entrada na mídia, organizações sociais, institutos, associações, crescendo, então, o apoio de empresários e políticos.

Assim, inicia-se a vigência de ideias do neoliberalismo de que tudo é justificado pelo livre mercado, há o uso de dinheiro público em instituições privadas, a ideia de darwinismo social, na qual mostra a ideia de sobrevivência do mais forte dentro da concorrência do livre mercado (Freitas, 2018).

De acordo com Galvão (2003, p. 83), partindo de uma perspectiva de classe, a política neoliberal coloca a atuação do Estado para beneficiar o capital:

de um lado, a redução do Estado garante ao setor privado novos nichos de mercado, oferecendo-lhe, assim, novas fontes de acumulação; de outro, a intervenção estatal via legislação permite ao capital aumentar a taxa de extração de mais valia.

Conforme Freitas (2018), todo esse processo da vigência do neoliberalismo não possui apenas um lado econômico, mas há o lado ideológico, pois, há o oferecimento de garantias para a apropriação privada e de acumulação contínua, sendo o livre mercado fundamental para os indivíduos, tendo em vista o grande mito do neoliberal de que há liberdade para cada um fazer sua própria trajetória de acordo com seu próprio mérito e esforço.

Além disso, Freitas (2018) menciona o fato dos reformadores acreditarem e compartilharem da ideia de que o sistema educacional só será eficiente quando seu controle estiver fora das mãos do Estado, este é visto pelos neoliberais como fonte de recursos públicos e não como gestor, e a escola que não atender ao mercado irá falir. O autor discorre sobre a influência de grandes corporações internacionais, como BIRD, OCDE, Banco Mundial, as quais possuem pleno interesse na reforma educacional que favorece a educação neoliberal.

Vigora, então, a mercantilização, um sucateamento da educação, gerando clientes e surgindo como se fosse uma proposta de melhora, uma falsa narrativa proposta pelo neoliberalismo, que gera políticas educacionais capazes de aprofundar a piora da educação pública, de forma a colocar a privatização como único caminho para solucionar.

Como visto, foi nos anos 90, quando se deu a intensificação da atuação do neoliberalismo no Brasil. Assim, Mendonça (2019) diz que esse foi um período marcado pela crise e que o cerne dela é a separação ocorrida no tipo de produção, pois há a produção para a satisfação das necessidades humanas e há para as necessidades de (auto)reprodução do capital, existindo contradição, não permitindo um controle da crise. Como saída, o capital teve de se reorganizar, abrindo grande espaço para o neoliberalismo e para a privatização do Estado principalmente. Uma das consequências foi a perda de direitos por parte da classe trabalhadora, ou seja, uma perda de direitos sociais, gerando desemprego estrutural e precarização do trabalho; na educação, perde-se o direito de uma boa formação, tanto no nível de ensino básico, quanto no técnico e no superior, já que a educação passa a ser uma das áreas de atuação do capital para se tentar superar a crise.

A mercantilização da educação – elemento chave para a compreensão das políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro em diferentes gestões – foi se materializando em diretrizes norteadoras de políticas educacionais no que tange ao financiamento, currículo e gestão, tendo como pilares a parceria público-privado, o Ensino a Distância (EAD), a formação aligeirada, a flexibilização do currículo, a redução e diversificação no financiamento público da educação e a avaliação em larga escala. (Mendonça, 2019, p. 37).

A partir desses pilares, a educação é posta como um novo campo de atuação da acumulação do capital, excluindo fervorosamente direitos sociais de maior parte da população, dando sempre mais espaço para a “liberdade” de mercado.

É preciso destacar que as reformas educacionais não acontecem na mesma velocidade que reformas econômicas, pois estas podem interferir de modo imediato na realidade e, na educação, as mudanças levam um pouco mais de tempo para se efetivar, precisando de mais de uma geração para se perceber a produção das mudanças. Mesmo com esse fato, não se pode dissociar as reformas educacionais do contexto mais geral político, econômico e cultural, só porque elas não possuem o mesmo tempo de interferência em uma geração. Além disso, para se garantir mudanças é preciso que haja sustentabilidade, através de medidas políticas, legais e estratégias técnicas de operacionalização, a fim de se concretizar as reformas na realidade (Maia filho et al., 2019).

Abordaremos, então, sobre os elementos nos quais as reformas neoliberais baseiam-se. Para se concretizarem é preciso que se garanta sua infraestrutura e a consistência da política educacional, ou seja, deve haver uma organização que mostre

como a reforma ocorrerá, qual seu objetivo, cronograma, recursos e, também, a organização interna do poder público, suas relações com a sociedade e qual a possibilidade de se atingir os objetivos. Assim, a organização interna pode se assegurar com o modelo de gestão, pois o sistema educacional brasileiro é composto por diversos tipos de escola, como por exemplo: as públicas, as privadas, as municipais, as estaduais e por essa diversidade, só se atinge sua homogeneidade com interferência do Estado, através de uma legislação específica para atuação do mercado dentro da educação (Maia filho et al., 2019).

Os autores fazem um outro destaque sobre a reforma educacional:

elemento mais importante, mesmo do ponto de vista reformista, para a sustentabilidade da reforma educacional é a consolidação da reforma social mais ampla na qual esta se insere, de sua compatibilização com o tempo político, econômico e cultural do movimento mais amplo da sociedade (Maia Filho et al., 2019, p. 6).

Nessa perspectiva, Maia, Mendes, Rabelo e Jimenez (2019) discutem como apenas a legalidade não basta, pois é necessário, além de sua elaboração, sua legitimidade; tendo a sociedade que reconhecer as leis e agir de acordo com as proposições, pois caso isso não ocorra, a lei não é praticada de fato e como se não existisse, precisando, então, da internacionalização por parte da sociedade.

Desse modo, quando a reforma do ensino médio foi proposta, foi necessário que a sociedade aceitasse essa mudança e para que isso ocorresse, o papel da mídia foi essencial. Segundo Freitas (2018), a mídia apoiou fortemente as investidas neoliberais no campo educacional, pois através dela, criou-se um senso comum conveniente com as reformas, de forma a exaltar como a educação brasileira é ruim de acordo com avaliações internacionais, como o contraste entre as escolas públicas e privadas é intenso, destacando casos de sucesso, ao quais são duvidáveis, já que o êxito é dado por testes falhos e manipulados. Assim, esses são os recursos utilizados para se propor um modelo a ser seguido e mostrar que as políticas neoliberais devem ser viabilizadas.

A internalização a fim de favorecer a aceitação das reformas neoliberais também ocorre dentro do próprio âmbito educacional, através do novo ensino médio. As reformas tentam se validar através de uma apropriação das falas dos defensores da educação pública sobre falta de sentido do conteúdo para o aluno, o que dificulta a obtenção de conhecimento, pois não gera interesse e, a partir disso, coloca falsas mudanças como solução para os problemas presentes no ensino público.

Verdadeiramente, com essas reformas, a direita tem o intuito de formar uma mentalidade imposta pelo neoliberalismo, uma mentalidade que se conforma com as ideias de meritocracia, empreendedorismo; ideias que vão ao encontro do individualismo do sistema capitalista, tendo a tentativa de internalizá-las nos jovens. Assim, estes não possuem criticidade na sua formação, de modo a se conformarem com os problemas estruturais como se fossem individuais e de culpa, apenas, do indivíduo e não do sistema em questão.

Ao encontro, Mendonça diz:

Há uma capilaridade não só nas políticas mais amplas, mas também no dia a dia dos sujeitos, inculcando incansavelmente mudança estrutural advinda do neoliberalismo que constrói uma ótica – a competência do mercado, a falência dos serviços públicos, a responsabilização do indivíduo e a privatização – como única alternativa ao caos generalizado dos problemas sociais (Mendonça, 2019, p. 39).

Diante disso, vemos como o neoliberalismo vigora na educação através de várias formas, mercantilizando-a intensamente e se reafirmando continuamente, através da precarização e da privatização, a fim de estabelecer sua presença como a solução para todos os problemas existentes; uma falsa ideia que se tenta internalizar no cotidiano dos sujeitos, seja por meio da mídia, seja por meio da própria deseducação vendida pelo ideal neoliberal.

A partir disso, considera-se a conjuntura de crise estrutural do capital, esta, segundo Mészáros (2011, p.795-796), possui caráter universal, com alcance global, tendo escala de tempo extensa e com desdobramento rastejante, “em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado”, sendo:

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode por em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (Mészáros, 2011, p.797).

Assim, percebe-se que não se trata de uma crise cíclica do capitalismo, sobre subconsumo ou superprodução, mas uma crise estrutural, atingindo toda a humanidade, fazendo, de acordo com Carmo, Rabelo e Segundo, o capital buscar recuperação do seu ciclo reprodutivo através da implementação da reestruturação produtiva implantada amplamente com sérias consequências na dualidade histórica, atravessando o complexo educacional:

A crise estrutural do capital impõe um reordenamento da educação, levando a cabo pelos organismos internacionais, mormente, o Banco Mundial, que se interpõe como instituição responsável de encaminhar as políticas e programas educacionais para os países da periferia do capitalismo. Nesse sentido, observa-se, nos últimos anos, um consistente ajuste dos sistemas educacionais às demandas da nova ordem do capital, objetivado, principalmente, através de um amplo processo de reformas na educação (2023, p. 101).

Diante dessa crise, o capital, como solução, reestrutura sua produção, continuando no modo de produção capitalista, mas com outros moldes, o da acumulação flexível ou, também, designado de toyotismo, como vimos há pouco. Segundo David Harvey (1992, p.140), esse novo tipo de produção possui um confronto direto com a rigidez do fordismo:

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Com essa mudança no regime de acumulação, há um novo modo de regulamentação econômica, social e política, alterando, principalmente, o mundo do trabalho. Destaca-se como a acumulação flexível desorganizou os sindicatos, sendo estes atacados pelo capital, gerando, por conseguinte, a transformação de direitos trabalhistas em privilégios; o trabalho organizado, então, é solapado, tendo práticas regressivas de retiradas de direitos. Observa-se, logo, a redução do emprego regular, abrindo espaço para o trabalho parcial, temporário e subcontratado (Harvey, 1992).

A partir desse processo, coloca-se a questão da empregabilidade. Freres (2008, p. 62) relaciona esse termo com a problemática do emprego e desemprego, sendo uma categoria muito aplicada tanto no mercado de trabalho, quanto nos meios educacionais; tratando-se sobre a “responsabilização do indivíduo por um problema que é gerado na materialidade das relações sociais que subordina o trabalho e as atividades humanas dele decorrentes ao jugo do capital”.

Desse modo:

O termo refere-se a um conjunto de saberes que o trabalhador deve ter para estar inserido no mercado de trabalho e garantir seu emprego, isto é, para ser colocado ou recolocado no mercado de trabalho e continuar nele. Nesse caso, ser empregável é ter a capacidade de garantir um emprego em qualquer organização empresarial, independentemente da demanda por emprego no mercado. Em outras palavras, diz respeito à capacidade que o indivíduo deve ter para se adequar às necessidades do mercado de trabalho (Freres, 2008, p.62).

Nessa perspectiva, o conceito de empregabilidade possui, portanto, um viés ideológico. Freres trata sobre a relevância desse termo para o neoliberalismo, de modo a transferir ao trabalhador a responsabilidade de ser ou não contratado, tendo ele próprio que se adequar as demandas do mercado de trabalho, mantendo-se competitivo, característica essencial numa realidade que nem emprego há, afirmando que:

A ideologia da empregabilidade, portanto, não se origina de uma invenção ingênua e desinteressada. Pelo contrário, está envolto de um conteúdo ideológico que busca cooptar as subjetividades dos trabalhadores em favor do próprio capital. A lógica de responsabilizar os indivíduos por estarem ou não empregados esconde de todos que sua condição é decorrente do tipo de organização social baseada na exploração dos homens pelos homens (2008, p.68).

Por conseguinte, a empregabilidade afeta o complexo escolar ao colocar o capital humano formado pela escola para o mercado de trabalho sob sua tendência, colocando o indivíduo responsável por seu êxito ou fracasso e, também, por sua introdução no mercado de trabalho, sem considerar o contexto histórico, social e econômico. Assim, o indivíduo não vê que a essência do problema da dificuldade de se manter no mercado de trabalho ou de até se inserir é da crise que a economia mundial enfrenta (Rafael; Ribeiro; Segundo, 2016).

Além disso, Rafael, Ribeiro e Segundo abordam sobre a crise afetar diretamente na educação por ser um complexo derivado do trabalho e, também, uma das instâncias da sociedade que de forma direta ou indireta, contribuindo para o capitalismo, ao formar a mão de obra para o mercado de trabalho. Assim, a suposta ordem natural, considerada imutável, que permeia os discursos e práticas da sociedade atual é, em grande parte, transmitida à educação e inculcada na mente dos estudantes como inalterável, não havendo, portanto, a neutralidade científica. Então, não há como negar a intenção subjacente nos discursos presentes nas políticas educacionais, que tendem a apresentar a educação como solução para todos os problemas e, principalmente, como a chave para libertar o sistema econômico capitalista:

A crise estrutural que assola o capitalismo mundial está atacando implacavelmente todas as instâncias da sociedade e impregnando o sistema educacional. Assim como em outras crises, está utilizando da educação como meio não somente de abastecer o capital com mão de obra barata e precarizada, mas principalmente como um instrumento de fertilização do discurso da empregabilidade tão difundido pelo toyotismo (2016, p. 380).

Atualmente, a mercantilização da educação ocorre na vigência do novo ensino médio, aprovado após o golpe de 2016. Neste, o neoliberalismo escancara suas intenções em deseducar o ensino público, já que com a proposta da base comum curricular tanto para o ensino médio, quanto para o ensino fundamental, há a ideia de padronização do ensino, onde prejudica os alunos e também os professores.

Nesse sentido, o prejuízo aos alunos ocorre, principalmente, no processo de aprendizado, já que segundo Freitas (2018), nos conteúdos não são trabalhados, não são reconhecidos a diversidade cultural e histórica, pois, por serem alvos de avaliações, aprendem sobre o que é cobrado nestas, considerando apenas uma cultura como oficial a partir de bases nacionais curriculares. Padronizando a aprendizagem, além de haver o prejuízo com os conteúdos do desenvolvimento cognitivo, também, prejudica-se a parte de hábitos e atitudes dos estudantes, tendo em vista a inclusão de habilidades socioemocionais dentro das bases nacionais curriculares, assim, gera-se um julgamento moral dos estudantes a fim de os colocar como adequados ou não em seus comportamentos, padronizando este campo de forma indevida e legitimando finalidades educativas presentes na sociedade sem ao menos desenvolver uma discussão ou análise crítica sobre o assunto.

Acerca dos professores, Freitas (2018) afirma que o prejuízo ocorre na formação deles. O autor diz que a base nacional de formação de professores dá ênfase nas didáticas, metodologias e nas práticas de ensino, ou seja, não vemos aí um destaque ao ensino. Nessa perspectiva, há um enfoque na prática docente, em padronizar os procedimentos práticos em sala de aula, produzindo uma desqualificação na formação inicial dos docentes, pois há o aumento do uso de plataformas instrucionais dentro da prática. Ao se fortalecer o tecnicismo apoiado em outra base tecnológica, redefine-se o trabalho do professor, favorecendo a reforma empresarial, pois se faz uma nova concepção de escola, inserindo-a em um mercado livre e competitivo, já que o trabalhador sendo mais desqualificado e dependente da tecnologia; tornando a prática docente descartável e dependente das plataformas interativas dentro da sala de aula, adaptando-a a questão da gestão de resultados e da flexibilização da força de trabalho.

Portanto, a partir dessa breve retomada histórica percebemos como a educação pública no Brasil, a qual é um direito e deve ser exercida com qualidade,

nunca foi tratada da maneira correta pelos governos e, assim, caminha intensamente na direção da mercantilização a partir de vários aspectos: seja na formação de professores, na precarização, no descaso com processo de ensino com os alunos; tudo isso sendo reforçado através de políticas públicas que promovem a privatização e o avanço do neoliberalismo dentro do campo educacional.

Nesse sentido, percebe-se como o complexo educacional relaciona-se com o contexto econômico do país, tendo que se adequar de acordo com as demandas colocadas pelo capital, moldando-se conforme a reestruturação do modo de produção. Desse modo, com a intensificação do modo de acumulação flexível, ocorrem mudanças no mundo do trabalho que refletem na educação de diversas maneiras, sendo uma delas através do conceito de empregabilidade, o qual reforça a ideologia neoliberal, colocando nos indivíduos a culpa do seu sucesso ou, principalmente, do seu fracasso. Esta ideia compõe, utilizando-se os conceitos de Kosik (1976), uma pseudoconcreticidade, não demonstrando a verdadeira causa do problema posto, ou seja, a essência da realidade, a qual é a crise estrutural do capital; que coloca como suposta solução os ideais neoliberais como privatização e mercantilização, não resolvendo nada, pelo contrário, piorando cada vez mais a situação, transformando direitos em privilégios, assim como visto na análise sobre a educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Logo, a proposta de educação feita por reformas, coloca a falsa ideia de que a mercantilização será a resolução de todos os problemas da educação pública, que haverá melhora através das reformas, de forma a internalizar essa lenda neoliberal através dos próprios conteúdos propostos nas disciplinas, nas quais se retira a análise crítica da realidade e reforça a ideia de individualismo, não mostrando o fato dos problemas serem estruturais e não individuais. Ou seja, deseducando os sujeitos a fim de aceitarem a presença do neoliberalismo.

3 OS EFEITOS DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O CASO DO CENTRO PAULA SOUZA DURANTE O GOVERNO SERRA

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) é definido em seu site (2024) como sendo uma autarquia do Estado de São Paulo, tendo vinculação com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, sendo existente em 363 municípios, através de 228 Escolas Técnicas (ETECs), 77 Faculdades de Tecnologia (FATECs) e 552 Classes Descentralizadas, sendo o número de alunos maior que 315 mil nos cursos técnicos de nível médio e superior tecnológico. Além disso, o Centro Paula Souza possui cursos de pós-graduação, atualização tecnológica e de extensão.

Ainda em seu site, o Centro Paula Souza (CPS) demonstra várias outras características, de modo a definir qual a missão que possui, qual a visão, quais os valores, quais os objetivos estratégicos, e quais as diretrizes estratégicas. Dentro disso, podemos identificar o forte enfoque do Centro com preocupações referentes ao mercado, à economia, de modo a se utilizarem de uma linguagem parte dessas esferas, reforçando sempre a ideia de empreendedorismo, gestão, inovação, oferta, serviços, entre outros. Assim, não há propriamente um destaque para a perspectiva dos estudantes matriculados em suas unidades, ou seja, não há uma preocupação de fato com a qualidade do processo de ensino e aprendizado que se desenvolve e da formação obtida ao final.

Nesse sentido, analisaremos como o Centro Paula Souza chegou nesse ponto de se ter uma preocupação maior com o mercado do que com a própria educação proporcionada aos seus alunos. Será que sempre foi assim? Qual foi o papel do neoliberalismo nesse processo? Com que justificativa adotou-se essa postura dentro do Centro? Quais as consequências?

3.1 Breve análise sobre a história da educação profissional no Brasil

Com o objetivo de compreender melhor o caso do Centro Paula Souza, a priori, veremos um breve histórico sobre a educação profissional no Brasil, de modo a analisar como foi seu início durante o Brasil Império, República e seu desdobramento ao longo dos anos, com mudanças na conjuntura política e econômica. E, ademais,

como se deu a disputa de projetos nos anos 1990 sobre a reforma do ensino médio e profissional.

Segundo Manfredi (2002), o início do estabelecimento do sistema educacional público no Brasil ocorreu pelo topo, com o ensino superior, tendo os demais níveis de ensino o objetivo de ser um preparatório para a universidade. Observa-se, também que:

Paralelamente à construção do sistema escolar público, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário e do superior, com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais (Manfredi, 2002, p.75).

Nesse sentido, durante o período do Império, a Educação Profissional era promovida por iniciativas de associações civis, religiosas ou filantrópicas, além de esferas estatais, como as províncias legislativas do próprio Império, presidentes de províncias ou assembleias provinciais legislativas. Também era possível haver colaboração entre grupos da sociedade civil e o Estado, que oferecia apoio através da transferência de recursos financeiros. Assim, a Educação Profissional preparava para as profissões manufatureiras, sendo oferecida por academias militares, entidades filantrópicas e nos liceus de artes e ofícios (Manfredi, 2002).

Desse modo, tanto as abordagens educacionais implementadas pelo Estado quanto aquelas de iniciativa privada refletiam duas concepções distintas, porém complementares. A primeira tinha um caráter assistencialista e compensatório, voltada para os pobres e desfavorecidos, de modo que, através do trabalho, pudessem dignificar a pobreza. A segunda via a educação como uma ferramenta para a formação no trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e um meio de, também, legitimar a dignidade da pobreza. Do ponto de vista ideológico e político, essas iniciativas funcionavam como mecanismos para disciplinar as classes populares, com o objetivo de conter revoltas contra a ordem vigente e legitimar a estrutura social excludente herdada do período colonial (Manfredi, 2002).

Já na Primeira República, segundo Manfredi (2002), no período desde a proclamação até os anos 30, tanto o sistema educacional, quanto a Educação Profissional tiveram novas configurações. Igualmente, no complexo econômico, houve profundas mudanças socioeconômicas como o fim da escravatura, a consolidação do projeto de imigração e a expansão da economia cafeeira, com o país acelerando nos processos de industrialização e urbanização. Então:

Os novos empreendimentos industriais e o surgimento de grandes centros estimularam o incremento de serviços de infraestrutura urbana de transportes e edificações. A modernização tecnológica (ainda que no nível de adaptação e de manutenção da tecnologia importada) inerente a esses novos setores da economia brasileira gerou novas necessidades de qualificação profissional e novas iniciativas, no campo da instrução básica e profissional popular (Manfredi, 2002, p. 79).

Desse modo, as limitadas e modestas instituições focadas no ensino obrigatório de ofícios artesanais e de manufatura foram substituídas por redes estruturadas de escolas, incentivadas por governos estaduais, pelo governo Federal e outros atores importantes como a Igreja Católica, trabalhadores organizados em associações de ajuda mútua ou sindicatos, que contribuíram com iniciativas específicas, e membros da elite cafeeira (Manfredi, 2002).

Com as mudanças ocorrendo nas atividades industriais, o ensino profissional organiza-se de acordo com as necessidades, havendo o aumento da demanda por operários mecânicos e metalúrgicos assalariados ou por pequenos proprietários de fabricantes de peças, manutenção ou reparo de equipamentos. Esse começo da intensificação do uso da maquinaria e do próprio processo de trabalho desencadeia a subordinação dos trabalhadores a uma disciplina e vigilância, de modo que o ensino profissional seja tido como um “processo institucionalizado”, “controlado de qualificação do trabalhador” (Moraes, 2001, p.178).

Assim, essa organização do ensino ocorre devida a nova fase iniciada pelo capital, de modo a responder às demandas do setor industrial. Segundo Moraes (2001, p.179), através do ensino, legitimava-se as novas relações sociais resultantes do movimento do capital, com a escola profissional qualificando “trabalhadores para ocuparem postos de trabalho intermediários no universo fabril”.

Manfredi (2002) coloca que foi na Primeira República, quando ocorreram grandes mudanças e até uma intensa agitação social, fazendo surgir novas práticas e visões sobre a Educação Profissional. Esta além de ter a concepção assistencialista e compensatória, passa a ter a visão católico-humanista, encarando o trabalho como solução para a preguiça, a vadiagem e, também, às ideias revolucionárias, como a concepção anarcossindicalista de educação integral. Ademais, havendo a perspectiva de formação profissional voltada para o mercado de trabalho, objetivando o desempenho de funções e responsabilidades nos postos de trabalho, conforme os padrões do sistema fabril e do trabalho assalariado capitalista. Essas novas

concepções, juntamente com as do período anterior, se tornaram matrizes político-pedagógicas de referência ao longo de todo o século XX.

Nessa perspectiva, a Educação Profissional voltada para o trabalho assalariado e o emprego torna-se predominante, fazendo com que a estrutura do ensino profissional e os métodos pedagógicos, anteriormente baseados apenas em práticas empíricas e espontâneas de aprendizagem artesanal, passaram a adotar uma abordagem técnica e racional, causados pelo domínio da "organização científica (capitalista) do trabalho" (Manfredi, 2002, p.94).

Chegando no período do Estado Novo, Manfredi (2002, p.95) diz que a política educacional dessa época validou o afastamento entre o trabalho manual e o intelectual, de forma a construir uma estrutura educacional, destacando a harmonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura da escola, fazendo com que o ensino secundário fosse voltado para as elites dirigentes, enquanto os cursos profissionais do ensino médio eram destinados às classes menos favorecidas. Outra característica desse período, foi que o Estado desenvolveu um papel de "agente de desenvolvimento econômico", ou seja, com a industrialização realizando-se mediante a vários investimentos públicos, os quais criaram as bases necessárias para desenvolver o parque industrial brasileiro.

Já no período que se sucedeu, de 1945 até 1990, Manfredi menciona não haver grandes mudanças, com a dualidade educacional conservando-se através da "educação escolar acadêmico-generalista" e da educação profissional. Nos governos militares, há a instituição de uma "profissionalização universal e compulsória", a qual, também, tem ligações com as demandas econômicas, já que:

ocorreu em um momento em que o País objetivava participar da economia internacional e, nesse sentido, delegou (entre outras coisas) ao sistema educacional a atribuição de preparar os recursos humanos para a absorção pelo mercado de trabalho (2002, p.105).

Com essa breve retrospectiva histórica acerca da educação profissional, percebe-se como sua vinculação com a economia do país sempre foi vigente, moldando seus direcionamentos de acordo com o que fosse necessário para as questões contextuais do capital. Como já foi dito, os anos 1990 abriu as portas do país para as políticas neoliberais, caracterizando-se de acordo com Galvão (2003, p.80):

por dois postulados fundamentais: a apologia do livre mercado e as críticas à intervenção estatal, oferecendo à burguesia novas frentes de acumulação de

capital. Essas novas frentes se abrem mediante a adoção de medidas como a privatização de empresas estatais, a desregulamentação dos mercados (especialmente do mercado de trabalho e o financeiro), e a transferência de parcelas crescentes da prestação de serviços sociais- tais como saúde, educação e previdência social- para o setor privado.

Diante disso, a educação profissional sofre consequências perante esse contexto. Souza (2010) diz que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº. 9.394 de 1996 e o Decreto Federal nº. 2.208 de 1997 foram a base da reforma do ensino profissional, sendo instituídos no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), causando transformações na organização do ensino técnico no país.

Conforme Manfredi (2002), nessa época havia vários projetos em disputas em relação aos rumos da educação profissional, sendo debatidos pelos diversos “protagonistas sociais”, os trabalhadores, os empresários e o governo. No âmbito do Estado, havia a perspectiva do Ministério do trabalho, através do Sefor (Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional), no qual se elaborou um projeto partindo das condições e necessidades da educação escolar em geral e da educação profissional, visando:

como linhas programáticas, o desenvolvimento de estratégias formativas destinadas à qualificação/ requalificação de trabalhadores jovens e adultos e à sua formação continuada, buscando superar a visão predominantemente de “treinamento”(Manfredi, 2002, p.115 e 116).

Em relação ao conteúdo e a concepção a autora diz que se nega a dicotomia entre a educação básica e a profissional ou da sobreposição ou até substituição desta por aquela, entendendo a formação profissional para:

ênfase no desenvolvimento de habilidades e de conhecimentos básicos, específicos e de gestão, voltados para o desenvolvimento plural do indivíduo, e o reconhecimento e a valorização dos saberes adquiridos por meio das experiências de trabalho, e seu credenciamento garantindo a possibilidade de reingresso no sistema educacional formal (Manfredi, 2002, p. 116).

Já em relação ao projeto do Ministério da educação, objetivava-se uma proposta baseada nos países do Primeiro Mundo, os quais estariam em um outro patamar de desenvolvimento, sendo necessários investimentos “na formação e no desenvolvimento de recursos humanos”, assim como nos países possuidores de tecnologia de ponta (Manfredi, 2002, p. 117).

A autora ressalta que mesmo as origens do projeto de reforma do ensino médio e profissional implantado sejam de diferentes planos, houve a configuração da separação entre a formação acadêmica e a Educação Profissional, tendo uma grande

proximidade com os interesses dos empresários e das recomendações dos órgãos internacionais (Manfredi, 2002).

Voltando aos projetos sobre a reforma, no âmbito da sociedade civil havia duas perspectivas, a de educadores e organizações populares e sindicais e a de empresários industriais. Em relação à primeira, defendia-se a criação da escola pública unitária, a fim de construir uma educação integrada, possibilitando a união entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura”. Já para a segunda, há um posicionamento em favor do aumento da escolaridade básica, com melhoras qualitativas da escola pública no nível fundamental e de uma reformulação e ampliação do sistema de ensino profissional, porém sem questionar a natureza dual (Manfredi, 2002).

Nesse sentido, a proposta oficial concretizada no governo de FHC objetiva a melhora da oferta educacional e seu ajuste às demandas econômicas e sociais surgidas a partir do contexto da sociedade globalizada, tendo novos padrões de produtividade e competitividade. Assim, o plano é de atender as necessidades do mercado de trabalho, o qual começa a exigir flexibilidade, qualidade e produtividade, tendo a educação profissional um caráter complementar, orientando o desenvolvimento da vida produtiva. Desse modo, há o estabelecimento da separação entre os ensinos médio e profissional, tendo, por conseguinte, sistemas e redes diferentes, que até se contrapõem à concepção de especialização profissional como fase que ocorreria depois da conclusão de uma escola básica unitária (Manfredi, 2002).

Isto posto, vemos como a educação profissional sempre foi influenciada pelo contexto econômico e político ao qual se insere, sendo uma característica marcante nos anos 90 com a reforma tanto do ensino regular, como do profissional. Período quando a crise do capital foi bem notável, de modo a haver mudanças dentro do modo de produção capitalista, abrindo as portas para o neoliberalismo, adequando o ensino profissional às demandas do mercado e à nova forma de produção desenvolvida.

3.2 Breve histórico sobre a criação e desenvolvimento do Centro Paula Souza

Feita essa rápida análise sobre a história da educação profissional no Brasil, estabelecendo o contexto mais geral, aprofundaremos, então, sobre o histórico do

Centro Paula Souza a fim de compreender sua criação, seu desenvolvimento e seu papel dentro da educação profissional. Observando, assim, quais foram as mudanças envolvidas, destacando, novamente, o período da década de 1990 e suas consequências.

No início, as preocupações do CPS eram de inaugurar no Brasil uma instituição formadora de técnicos de nível superior, com o objetivo de atuarem entre os engenheiros e os operários, criando-se uma nova carreira: a engenharia de operação que mais tarde foi chamada de tecnóloga. Assim, o intuito era de se criar uma grande escola de tecnologia (Motoyama, 1995 apud Souza, 2010).

Segundo Souza (2010), o plano dos idealizadores e dos primeiros administradores do CPS era de responder a demanda dos municípios em terem faculdades e do setor industrial em haver uma formação de mão de obra em operações específicas, com uma formação mais abrangente e não propriamente de nível superior como os moldes tradicionais.

O então governo do estado de São Paulo era de Abreu Sodré, este governou entre os anos de 1967 a 1971, e seu governo coloca-se contra a uma formação universitária sem articulação com as exigências imediatas do setor produtivo. Assim, esse governo colocou como inviável ampliar o ensino superior da maneira em que estava organizado na época, propondo reformas com a criação de instituições que ofereciam formação profissional após a conclusão do nível médio. Nesta perspectiva, em 1969 o governo do estado encaminhou um projeto de lei para a Assembleia Legislativa, que resultou na criação do Centro de Educação Tecnológica do Estado de São Paulo (CEET). Além disso, nessa gestão criou-se a Coordenadoria do Ensino Técnico na Secretaria de Educação, com o intuito de organizar a educação profissional de segundo grau. Até 1980, o Centro não atuou na formação técnica de nível médio, até esse período apenas oferecia a formação profissional em convênio com outras instituições ou por meio de cursos tecnológicos após o segundo grau (Souza, 2010).

Em 1971, anexou-se a Faculdade de Tecnologia de Sorocaba ao CEET, porém surgiu a dúvida se o Centro poderia oferecer formação em nível superior e para solucionar essa questão, em 1973, o CEET reuniu os cursos técnicos pós segundo grau que oferecia e os transformou na Faculdade de Tecnologia de São Paulo, transformando-se em entidade mantenedora as faculdades, passando a se chamar,

então: Centro de Educação Técnica e Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) (Souza, 2010).

Em 1976, o CEETEPS passou a ser vinculado com a UNESP, sendo a superintendência do Centro indicada pelo reitor da universidade, que anteriormente era feita pelo governador por meio da lista tríplice feita pela comunidade. Além disso, a UNESP passou a ser responsável por regular as decisões do CPS, tendo que passar as decisões a serem tomadas pelo conselho universitário (Souza, 2010).

Ao longo dos anos mais escolas foram vinculadas ao CPS, tendo consequências negativas para elas:

No estado de São Paulo as escolas técnicas secundárias antes da vinculação ao Centro Paula Souza, eram unidades ligadas a Secretaria da Educação, possuíam relativa autonomia financeira e didática para a criação e organização de cursos técnicos (Souza, 2010, p. 44).

Em 1994, há mudanças dentro do CPS. Foi nessa época que os concursos realizados pelo Centro contrataram profissionais com o tipo de contrato CLT com tempo indeterminado, tendo variação através do número de aulas que fossem precisar. Por conseguinte, o professor não teve mais uma jornada de trabalho fixa, tendo que seu vínculo variar segundo o número de aulas disponíveis e caso não houvesse mais aulas, seria desvinculado do seu cargo. Isso ocorreu por causa da mudança das escolas técnicas da Secretaria da Educação para o CPS ter acontecido no mesmo período que se iniciaram as reformas na educação profissional, havendo transformações grandes e ruins fundamentadas no neoliberalismo (Souza, 2010).

Assim, foi a partir desse período, a década de 90, que a educação sofre com diversas mudanças, devida às fortes investidas do neoliberalismo nas políticas adotadas pelo Estado Brasileiro. Como visto anteriormente, neste trabalho, segundo Mendonça (2019), foi nessa época, que ocorreu a intensificação do neoliberalismo no Brasil, tendo em vista, a crise que se tinha, na qual o capital teve que ser reorganizado, abrindo espaço para o neoliberalismo e para a privatização, tendo a classe trabalhadora que perder vários direitos e dentre eles, o direito de uma boa formação, seja no ensino básico, seja no técnico e superior, pois a educação passa a ser uma das áreas de atuação do capital para solucionar a crise.

Nessa perspectiva, vemos, novamente, a ligação entre a educação e a economia vigente no país, sofrendo péssimas consequências diante da atuação do neoliberalismo. Este com o objetivo de resolver os problemas econômicos do país,

utiliza a educação como ferramenta, para enfrentar a crise vigente, de diversas formas, através de instituição de políticas públicas que mercantilizam a educação, impondo a lógica do capital sobre algo que deve ser um direito ao povo, permitindo a influência do setor privado, precarizando as profissões envolvidas, dificultando, portanto, a realização da educação pública, gratuita, laica e de qualidade para toda a população.

Desse modo, a fim de entendermos a situação do CPS, devemos saber que a educação, principalmente a educação profissional, está submetida à lógica do capital, sofrendo diretamente com as crises econômicas e, por isso, veremos agora, mais atentamente como esse processo ocorre. Considerando o contexto, de acordo com Mészáros (2011), de uma crise estrutural, com esta atingindo o todo de um complexo social, sendo uma crise generalizada, então, atinge o complexo educacional, fazendo que este se organize de acordo com os interesses do capital.

Nesse sentido, vemos que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (Mészáros, 2008, p. 35, grifo do autor).

Portanto, sendo a educação subordinada aos interesses das classes dominantes, ou seja, ao capital, ao mercado, não considerando os verdadeiros envolvidos e afetados por essa educação mercantilizada, aberta às privatizações e precarizações propostas pelo neoliberalismo. Então:

No plano teórico e filosófico, a perspectiva neoliberal é de uma educação regulada pelo carácter unidimensional do mercado. Este constitui-se no sujeito educador. [...]. Daí resulta uma filosofia utilitarista e imediatista e uma concepção fragmentária do conhecimento, concebido como um dado, uma mercadoria e não como uma construção, um processo (Frigotto, 1995, p. 85).

Ao encontro disso, vemos o início da precarização do trabalho docente no CPS a partir da década de 90, piorando mais com o passar dos anos, com a invasão do neoliberalismo, piorando a qualidade de formação dos estudantes do Centro, permitindo parcerias com o âmbito privado, que demandam o ensino de acordo com as necessidades mercadológicas.

Então, a partir de 1999 com o Decreto 2.208/97, há a separação entre o ensino médio e profissional e o Centro Paula Souza passa a oferecer o Ensino Técnico concomitante, havendo, também, a possibilidade de cursar o Ensino Médio regular na mesma escola, e tendo a opção de ingressar no curso de formação técnica no segundo ano do ensino médio. Uma das críticas desse decreto foi o fato dele promover a dualidade entre a formação propedêutica e a formação para o trabalho, através do produtivismo. Com isso, todas as Escolas Técnicas passam a serem ETEC e as Faculdades de Tecnologia, FATEC, consolidando o projeto da rede e de instrumento de propaganda do PSDB, um bloco no poder consolidado no governo do Estado de São Paulo, com início em 1995 (Mercurio; Novaes, 2021).

Já em 2006, o CEETEPS começou a ter vinculação com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Passando por um novo processo de expansão em 2008, com a criação de novas unidades e das classes descentralizadas. Estas são uma forma de ampliação que acontece através do convênio da Secretaria de Educação do Estado e com as prefeituras, para se utilizar de salas desocupadas em escolas estaduais e municipais com a finalidade de oferecer mais vagas de ensino médio ou técnico no período noturno (Medeiros, 2018).

3.3 A questão da dualidade entre o ensino propedêutico e profissional

Discutiremos, agora, como se dá a dualidade existente no sistema de ensino e quais suas consequências, os desafios e os debates que influenciam as políticas educacionais, de forma a refletir as distintas trajetórias históricas e sociais que moldaram o sistema de ensino do país, já que enquanto o ensino regular é tradicionalmente associado à formação acadêmica e humanística, voltada para a preparação de estudantes para a educação superior, o ensino profissional visa proporcionar habilidades práticas e técnicas para a inserção rápida no mercado de trabalho, uma separação entre os dois tipos de ensino, com cada um sendo destinado a uma determinada classe.

Tendo o contexto da sociedade dividida em duas classes, Santos (2019, p.31) coloca como a classe possuidora de terra, dona dos meios de produção decide sobre ter um próprio sistema educacional restrito. O autor baseando-se em Lukács, utiliza o

termo “stricto” para definir a educação para uma específica demanda da sociedade, orientada de acordo com interesses sociais particulares.

A partir disso, o autor discute sobre a dualidade presente na educação, esta se encontra dividida em “lato e stricto”, sendo “lato” com caráter mais amplo, designada aos trabalhadores e seus filhos, realizando-se no convívio do cotidiano, dentro do processo de produção da existência, sendo de forma assistemática. Já o sentido “stricto”, é destinado aos possuidores de terras, ocorrendo em lugar específico, com sistematização de conhecimentos, com o intuito de resolver problemas de interesse de uma classe específica (Santos, 2019, p.31 e 32).

Desse modo, Santos (2019, p.45) demonstra como as crises políticas, vivenciadas pelo sistema capitalista, colocam a educação sistematizada como solução dos problemas. Para se ter melhor compreensão sobre isso, o autor retoma como a indústria torna-se central no cotidiano urbano, tendo em vista que com o crescente uso de maquinaria para “evolução do capitalismo”, as fábricas tornam-se complexas e exigem uma formação daqueles que farão parte do “aparato industrial-urbano”. Assim, a burguesia passa a oferecer uma educação voltada para atender as demandas do capitalismo, concedendo aos trabalhadores uma mínima instrução, capacitando-os conforme as necessidades imediatas do modo de produção capitalista.

Então, a educação apresenta-se de duas formas, o ensino propedêutico na vertente “stricto”, o qual é clássico e científico, tendo na organização curricular ensinamentos sobre ciência, letras, artes, oratória e outras disciplinas orientadas para a formação de dirigentes e seus prepostos. A outra forma destina-se aos trabalhadores e se denomina ensino profissionalizante, sendo voltado para a prática, através de conteúdos que priorizem a técnica. Com esses dois modelos, estabelece-se a dicotomia educativa, estado, de um lado, o ensino propedêutico e de outro, o profissionalizante. Ressalta-se que a burguesia trata com preconceito as atividades manuais, estas são consideradas como impuras, podendo ser realizadas apenas pelos próprios trabalhadores, os quais teriam um ensino voltado aos deveres da produção (Santos, 2019, p.47).

Santos diz que hoje, de maneira intensa, o sistema educacional sustenta e aprofunda a histórica dualidade entre o trabalho intelectual e manual, entre escolas públicas e privadas, buscando atender, por um lado, à formação de dirigentes e, por

outro, à educação dos dirigidos. Assim, o modelo educacional atende às especificidades educativas da estrutura econômica:

Para o atendimento das necessidades do modo de produção capitalista, opera-se uma dicotomia dentro de uma dualidade: ensino profissionalizante para os trabalhadores e ensino propedêutico para a burguesia e seus prepostos (Santos, 2019, p. 54).

Ao encontro, estando o Centro Paula Souza presente no sistema capitalista, veremos como a formação de seus estudantes colabora com a dualidade existente no complexo educacional, sendo intensificado pelo neoliberalismo. É uma formação com forte caráter classista, pois ao atender o mercado capitalista, automaticamente, favorece as elites em detrimento da classe trabalhadora. Ressalta-se que essa preferência a uma classe ultrapassa a esfera educacional, pois se configura na precária inserção do Brasil na divisão social internacional do trabalho, garantindo a elite privilégios e para os filhos da classe trabalhadora:

uma situação de carência, configurada em: alta taxa de desemprego; ofertas de ocupações precarizadas e oscilantes; elevadas estatísticas de violência urbana e assassinatos entre os jovens pobres e pretos; ausência de uma escola pública, laica, gratuita e de qualidade (Carmo; Rabelo; Segundo, 2023, p.103).

Enquanto a formação do CPS, vemos que foi na gestão de José Serra, segundo Dantas (2013, p.13), que orientações neoliberais se consolidam, ganhando materialidade, de modo a enfatizar valores gerencialistas, “com o mergulho irrestrito na lógica mercadológica”.

Sobre isso, Mercurio diz:

Em contraposição a uma proposta que almeje uma formação integral, no sentido do desenvolvimento das potencialidades humanas, a proposta desenvolvida pelo Centro Paula Souza, apresenta-se como uma formação imediatista e, em sentido único, voltada para capacitação, visando ao mercado de trabalho, ou, propriamente, um modelo educacional a serviço do capital (Mercurio, 2021, p. 100).

Tem-se, então, uma educação totalmente de acordo com a perspectiva neoliberal, a qual, como já vista anteriormente em Frigotto (1995), o sujeito educador é o mercado, tendo como resultado uma filosofia utilitarista e imediatista, com conhecimento fragmentado, compreendido como uma mercadoria e não como uma construção ou um processo. Assim, corrobora-se com Dantas (2013, p.71), já que os

estudantes passam por um treinamento e não por uma formação, com o ensino resultando em um “homem empobrecido”.

O ensino profissional consolida, portanto, a ideia da existência de duas formas existentes de educação, tendo em vista que se afasta do sentido propedêutico, não tendo uma organização curricular orientada para a formação qualitativa dos estudantes, reforçando a dicotomia educativa, escancarando a divisão existente entre o que se deseja para as elites, donas do meios de produção e, para a classe trabalhadora, reproduzindo para esta uma educação ao encontro do sistema capitalista, não sendo crítica e nem humanizadora, mas sim colaborando com a estrutura existente, sem demonstrar as alternativas a essa realidade posta.

Nesse sentido, segundo Carmo, Rabelo e Segundo (2023, p.103), em uma das tentativas de se mascarar a realidade concreta e se tornar cativante, seja em nível médio, seja superior, a educação profissionalizante coloca-se como uma garantidora de emprego após a finalização do curso, sendo uma “educação que criaria um atalho para o mercado de trabalho capitalista”. Atrativo que já pode um dia ter feito sentido, quando a empregabilidade estava em voga, mas hoje não se realiza, já que a formação profissional não é mais garantidora de nada dentro da realidade neoliberal, pois até parcelas escolarizadas da classe trabalhadora enfrentam o problema do tragédia do desemprego crônico, alcançando níveis alarmantes, não mais se configurando como um “exército de reservas” buscando colocação no mercado, não afetando somente ramos periféricos da produção, mas se estendendo para setores mais modernizados. Assim, os autores continuam dizendo:

Reiteramos que o desemprego, na atual sociabilidade, atinge trabalhadores altamente qualificados e agrava assustadoramente as condições de existência da humanidade e do planeta, pois, conforme denuncia Mészáros, traz consigo o espectro de barbárie (Carmo; Rabelo; Segundo, 2023, p.104).

Nessa perspectiva, é importante destacar como uma das justificativas para a instituição de um sistema educacional dual é, também, totalmente relacionado ao viés econômico. De acordo com Manfredi (2002), o custo do aluno do ensino profissionalizante é muito maior do que do aluno do ensino médio regular, e para haver a redução dos custos, há a separação das redes de ensino, permitindo uma democratização do acesso para o “ensino regular de natureza generalista”, tendo este menos custos para o Estado em relação ao ensino médio de caráter profissionalizante

e tendo a possibilidade de parcerias com as iniciativas privadas a fim de manter e ampliar a rede profissionalizante. Como consequência:

Essa estratégia de divisão de redes tende a comprometer a democratização do acesso ao ensino médio para vastos setores das classes populares, elitizando-o e abrindo possibilidades para que a atual rede de escolas públicas técnicas possa funcionar com o aporte de recursos advindo da iniciativa privada (Manfredi, 2002, p. 135).

Com a existência de dois tipos de ensino separados, há duas premissas diferentes: sobre o ensino regular há a concepção para preparação de dar sequência aos estudos no nível universitário, já o ensino profissional está fundamentado na lógica de mercado. Além disso, o aumento da rede de ensino médio regular pode frear a entrada no mercado formal de trabalho, sendo um mecanismo compensatório e regulando as tensões sociais, tendo em vista que os empregos de maior exigência de qualificação técnica tendem a serem restritos, devido os processos de reorganização, a reduzida parte da população (Manfredi, 2002).

Logo, vemos como a educação profissional mesmo não sendo mais garantidora de nada, continua sendo atrativa, tendo em vista o processo de expansão do Centro Paula Souza que ocorreu nos anos 2000, sendo intensificado no período de 2007-2010, durante o governo do estado de São Paulo de José Serra, quem filiado ao PSDB, partido que utilizou do CPS, segundo Mercurio (2021, p.100.), como “instrumento de propaganda política”. Enfatiza-se que essa expansão, foi sim alinhada ao perfil neoliberal do então governador e de seu partido, abrindo espaço para a mercantilização da educação nesta instituição, através das parcerias público-privadas, interferindo na qualidade de formação dos estudantes, de modo a preferir acompanhar as demandas neoliberais, aprofundando a dualidade existente entre o ensino propedêutico e profissionalizante.

3.4 As reformas educacionais do Centro Paula Souza no governo José Serra

Feita as análises históricas sobre a educação brasileira, a atuação do neoliberalismo dentro dela, a educação profissional, o próprio Centro Paula Souza (CPS) e discutida a questão da dualidade dos ensinos, veremos, agora, mais a fundo o caso do CPS, de forma a saber como ocorreram as reformas educacionais

neoliberais nesta instituição, de modo a fortalecer a mercantilização e a privatização, focando no período de 2007 a 2010, quando o então governador do estado era José Serra¹, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira, um partido alinhado com o neoliberalismo.

De acordo com Mercurio (2018):

No início do século XXI, o Centro Paula Souza consolida-se como instrumento de propaganda política do PSDB no governo do Estado de São Paulo, passando por um grande processo de expansão, alcançando a marca de 223 ETECs e 73 FATECs em 2019. Em meio a essa expansão, o quadro de servidores e de docentes não acompanhou esse crescimento com praticamente todas as unidades sofrendo com a falta de servidores técnico-administrativos, situação que se agrava nas Escolas Agrícolas, cujo último concurso para contratação de servidores especializados foi em 1996 (Mercurio, 2018, p. 98).

Entre 2007-2010, o CPS teve uma importante expansão como vemos em Moraes, Reis e Alencar (2022), aumentando o número de unidades de ETECs e FATECs, crescendo, também, o número de alunos e trabalhadores das instituições, vemos isso na tabela a seguir. Tendo em vista essa expansão, busca-se compreender se o modelo adotado alinhou-se ao caráter neoliberal do então governador, procurando saber como aconteceu essa expansão, quais foram os meios adotados para se conseguir financiar essa expansão e quais foram as consequências de todo esse processo, já que, historicamente, a educação pública brasileira não possuiu tantos pontos positivos dentro de uma perspectiva qualitativa tanto para os alunos, quanto para os professores e outro profissionais partes do mundo educacional.

Tabela 1 – Evolução do número de Etecs e Fatecs

CEETEPS	1969	1979	1989	1994	1999	2009	2014	2019
Etecs	0	0	14	99	99	173	218	223
Fatecs	1	2	4	6	9	50	63	73

Fonte: Mercurio e Novaes (2021)

Com a expansão do CPS, na qual houve a criação de novas unidades, começando no governo Alckmin (2001-2007) e se intensificando no governo Serra (2007-2010), houve um aumento de 138 ETECs para 198, de 33 FATECs para 49, de

¹ É importante lembrar que José Serra foi, durante o governo de FHC, Ministro do Planejamento (1995-1996) e, também, Ministro da Saúde (1998-2002).

123 mil alunos para 196 mil e 11 mil trabalhadores para 16 mil, isso em 2010. Nessa expansão, é possível perceber como ela ocorre de acordo com o modelo neoliberal, tendo forte presença da mercantilização da educação, causada pela falta de autonomia orçamentária, forçando, então, parcerias com instituições privadas, a fim de obterem financiamento aos projetos, aproximando educação e mercado (Moraes; Reis; Alencar, 2022).

Um fator contribuinte para toda essa situação é que o Centro Paula Souza mesmo sendo uma autarquia de regime especial integrada à mesma secretária estadual que USP, UNICAMP e UNESP, não possui autonomia financeira, nem tem seu orçamento vinculado legalmente a percentuais de receitas estaduais, provocando mudanças aleatórias no financiamento da rede de escolas, interferindo nas atividades de gestão, nas atividades didático-pedagógicas, prejudicando a ampliação da oferta e a qualidade do ensino (Moraes; Reis; Alencar, 2022).

Nesse sentido, o CPS busca, como solução para essa mudança aleatória de seu orçamento, outras fontes para seu financiamento, as quais serão fundações, agências, associações, sendo em sua maioria fundadas a partir de empresas privadas. Diante disso, vemos a vigência dos agentes privados dentro da educação, de modo a demonstrar uma aproximação entre escola e mercado, distanciando de uma possível democratização da educação.

Como consequência, vemos que houve projetos financiados por fundações e agências de fomento, uso de recursos de cooperativas escolares, no caso das escolas agrícolas. Ocorreu, também, a utilização de partes do pagamento das inscrições dos candidatos das provas de ingresso e de contribuições de pais e mestres. Ademais, houve financiamento de fundações de direito privado, como a Fundação Vitae e da Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT), com parcerias de instituições de âmbito privado como: Fundação Lemann, Itaú (Moraes; Reis; Alencar, 2022).

Em um relatório de gestão do Centro Paula Souza do período de 2004 a 2009, apresentado por Moraes, Reis e Alencar (2022), mostra que houve 373 convênios, principalmente com as prefeituras e com setor privado: usinas, indústrias e empresas. Além disso, os autores colocam um quadro acerca dos agentes privados e os cursos técnicos sob sua intervenção no CPS, no qual se destaca, a participação da IBM Brasil no curso de “Especialização em Java/WR” em 2008 e da Rede Globo/Fundação Roberto Marinho no curso de “Técnico em administração empresarial, técnico em

gestão das pequenas empresas, e técnico em secretariado e assessoria, todos na modalidade a distância, no ano de 2005, como vemos no Quadro 1.

Quadro 1 – Agentes privados e cursos técnicos sob sua intervenção no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (2000-2018)

Instituição	Curso	Ano
IBM Brasil	Especialização em Java/WR	2008,2013
	Especialização em desenvolvimento e produção <i>mainframe</i>	2013
	Técnico em desenvolvimento de sistemas integrado ao ensino médio; técnico em informática integrado ao ensino médio; técnico em informática para internet integrado ao ensino médio; técnico em manutenção e suporte em informática integrado ao ensino médio; técnico em redes de computadores; técnico em telecomunicações	2017
	Ensino médio com qualificação profissional de administrador de banco de dados	2018
Google Microsoft	Técnico em desenvolvimento de sistemas integrado ao ensino médio; técnico em informática integrado ao ensino médio; técnico em informática para internet integrado ao ensino médio; técnico em manutenção e suporte em informática integrado ao ensino médio; técnico em	2017

	redes de computadores; técnico em telecomunicações	
Rede Globo/Fundação Roberto Marinho	Técnico em administração empresarial — modalidade a distância; técnico em gestão das pequenas empresas modalidade a distância; técnico em secretariado e assessoria modalidade a distância;	2005
	Técnico em multimídia; técnico em produção de áudio e vídeo	2011

Fonte: Moraes, Reis e Alencar, 2022, p. 13.

Outro caso de parceria ocorreu em 2008, segundo Dantas (2013), o governo propôs a reformulação do Ensino Médio, firmando um convênio entre o CPS e a Fundação Roberto Marinho a fim de oferecer 50.000 vagas para alunos do terceiro ano do Ensino Médio da Rede Estadual nos cursos de Administração Empresarial, Gestão de Pequenas Empresas, Secretariado e Assessoria, com três diferentes modalidades: semipresencial, on-line e aberta. Ocorrendo, então, a atuação de grandes instituições privadas dentro do ensino do CPS.

Como vimos anteriormente, todo esse processo de mercantilização é validado pela sociedade através da influência das mídias. Segundo Freitas (2018), o processo de privatização tem forte colaboração da mídia, esta corrobora ao compartilhar que as más condições da educação pública brasileira serão resolvidas através de reformas. Esse movimento gera a criação de um senso comum a favor dessa falsa ideia de que as parcerias público-privadas seriam a resolução para os problemas enfrentados pelo CPS. Corrobora-se com Mendonça (2019), quando ela diz que a internalização desse senso comum ocorre nos sujeitos com o intuito de favorecer a aceitação das reformas neoliberais. Seguindo nessa perspectiva, Santos (2019) afirma que dentro da ordem neoliberal, a educação tecnológica ou a formação politécnica ou integral, é facilmente promovida pela mídia burguesa, tendo em vista a maneira como é apresentada, a qual faz a sociedade acreditar em sua eficácia como solução para diversos problemas sociais, incluindo até o desemprego. Por conseguinte:

Esse jogo de simulação da realidade força a aceitação, por parte dos trabalhadores e de alguns setores acadêmicos, de propostas educativas que carregam essas denominações como saída para os problemas de formação da classe trabalhadora. Isso justifica o acréscimo das propagandas educacionais privatizantes legitimadas pelo próprio Estado em sua intenção de proteger o capital em crise profunda (Santos, 2019, p. 79).

É nítida, portanto, a colaboração das mídias. Esta é uma importante ferramenta que influencia a mercantilização, de modo a propagar a ideia de que as parcerias público-privadas vão resolver todos os problemas do CPS, uma narrativa de senso comum favorável à mercantilização, contribuindo para a aceitação das reformas neoliberais. Ademais, essa promoção das mídias burguesas coloca a educação tecnológica como uma solução, também, para os problemas sociais, como o desemprego², mas que, verdadeiramente, em sua essência, coopera para a formação fragmentada dos trabalhadores, sendo de acordo com as necessidades do mercado.

A mercantilização da educação manifesta-se na dependência de recursos privados, na influência do mercado na oferta de cursos e na formação de trabalhadores para serem adaptados às demandas do sistema capitalista. Esse processo, facilitado pela mídia, reforça a dualidade e a dicotomia educativa que discutimos anteriormente, priorizando a formação de mão de obra para o mercado em detrimento de uma educação integral e humanista.

Então, vemos como durante o governo de José Serra, a expansão do Centro Paula Souza alinha-se com o modelo neoliberal, pois, mesmo com o aumento de unidades, alunos e trabalhadores, foi fortemente marcada pela mercantilização da educação. Um fator contribuinte para a ocorrência desse processo foi a falta de autonomia financeira, já que apesar do CPS ser uma autarquia, não a possui, tendo seu orçamento sem vínculo com receitas estaduais, de forma a gerar instabilidade no financiamento da rede, prejudicando a gestão, as atividades pedagógicas e a qualidade do ensino. Para suprir essa falta de recursos, o CPS busca financiamento de empresas privadas, provocando uma dependência do setor privado, que aproxima a educação e o mercado, configurando a mercantilização. Concretamente, este processo apresenta-se com as parcerias público-privadas, como, por exemplo, entre o CPS e a Google Microsoft ou com a Fundação Roberto Marinho.

² É válido ressaltar que essa promessa de o ensino profissional ser um atalho para o mercado de trabalho, já não mais se sustenta, visto o contexto de intensificação da acumulação flexível, na qual o desemprego é crônico, atingindo até trabalhadores qualificados.

Logo, a partir desse uso de recursos da iniciativa privada, obtém-se na formação dos estudantes do CPS, uma abordagem gerencialista e mercadológica, aprofundando a dualidade, que prioriza, para a classe trabalhadora, a formação de mão de obra sem incluir uma educação científica, crítica e humanizadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica das reformas educacionais no Centro Paula Souza durante a gestão de José Serra, no período de 2007 a 2010, revela um processo complexo de expansão e transformação influenciado por princípios neoliberais. Esse período marcou uma significativa ampliação das ETECs e FATECs, o que, por um lado, aumentou o número de alunos e trabalhadores nas instituições e, por outro, evidenciou a crescente mercantilização e privatização da educação profissional.

Nesse sentido, a falta de autonomia financeira do Centro Paula Souza, comparada a outras instituições de ensino superior como USP, UNICAMP e UNESP, forçou a busca por parcerias com o setor privado, caracterizando a educação como um produto passível de comercialização. Essas parcerias, com fundações e empresas privadas, foram vistas como soluções para a instabilidade orçamentária, entretanto trouxeram consigo consequências importantes e negativas para a qualidade e a democratização da educação.

Além disso, a influência da mídia no fortalecimento dessas reformas neoliberais não pode ser subestimada. A divulgação de uma narrativa que apresenta as parcerias público-privadas como a solução para os problemas do sistema educacional brasileiro contribuiu para a aceitação e internalização dessas políticas pela sociedade. Uma retórica que reflete a tendência de considerar as políticas neoliberais como um remédio para os males existentes na educação e até em outros complexos sociais, porém tudo isso sem abordar os problemas essenciais, os quais são estruturais, causados pelo modo de produção vigente: o sistema capitalista, que se encontra numa crise profunda.

Diante disso, percebe-se como o complexo educacional está intensamente relacionado com a economia, ao encontro de Mészáros, quando este diz:

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente (2008, p.25).

Ou seja, estabelecida a profunda relação entre educação e os processos sociais, para ocorrer mudanças relevantes naquela, deve-se transformar o contexto social onde essas práticas educacionais ocorrem. Assim, para a educação cumprir

suas funções vitais e importantes historicamente de promover mudanças, é preciso que o quadro social seja transformado, ressaltando, porém, que haja um acordo sobre essa conexão essencial, pois sem isso, surgiriam divergências claras e distintas nas abordagens e soluções propostas.

Dentro dessa perspectiva, uma das mudanças que devem ser consideradas é a eliminação da dualidade e da dicotomia presentes no complexo educacional, o que aconteceria, segundo Santos (2019), fora do sistema capitalista, o qual ao longo da história da educação nega a formação integral, a qual une intelecto, mãos e espírito. Por ser um sistema baseado na exploração, seu complexo educacional é organizado de modo a garantir tal característica. Então, somente a revolução socialista pode acabar com a existência de classes sociais antagônicas e, com o fim destas, finda a separação entre pensar e fazer, ou seja, entre a educação propedêutica e profissionalizante.

Em vista disso, compreende-se que o período de expansão do Centro Paula Souza ilustra como as políticas neoliberais podem impactar a educação pública. A mercantilização da educação, impulsionada pela necessidade de parcerias privadas, coloca em risco a qualidade e a equidade do ensino, transformando um direito fundamental em um privilégio acessível a poucos. Sendo crucial refletir sobre as implicações dessas reformas e buscar alternativas que promovam uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

Em suma, vemos como as reformas ocorridas no Centro Paula Souza ocorreram sim dentro dos moldes neoliberais, ao encontro do perfil de José Serra, abrindo as portas de uma instituição pública, parte do Estado, para as empresas privadas, já que devida à falta de autonomia orçamentária, buscou-se como solução a realização de parcerias público-privadas, sendo isso caracterizado por Moraes, Reis e Alencar (2022), como sendo um carácter peculiar, pois mesmo sendo de propriedade do Estado, possui, também, orientação do mercado dentro da lógica e do conteúdo postos em práticas.

Consolida-se, então, a mercantilização da educação, sucateando-a, de forma a gerar clientes e surgindo como uma concepção de melhora dos problemas vigentes. Sendo a realidade bem diferente, tendo em vista que tudo isso é uma falsa narrativa posta pelo neoliberalismo, de modo a estabelecer políticas educacionais capazes de aprofundar a piora da educação pública, colocando a privatização como único caminho de solução; ideia errônea e equivocada que se tenta internalizar nos sujeitos.

Portanto, vê-se que os objetivos colocados foram alcançados, já que as análises concluíram que as reformas educacionais no Centro Paula Souza aconteceram dentro do modelo neoliberal, que a expansão ocorrida durante o governo de José Serra ocorreu através de parcerias com empresas do âmbito privado, aproximando educação e mercado, permitindo atuações de empresas, instituições dentro do ensino público, abrindo espaço para a privatização no campo educacional, de modo a não melhorar o processo de ensino e aprendizagem, mas sim de o tornar mais restrito, já que o financiamento dos projetos estão de acordo com o que as empresas acham mais favorável para seu próprio desenvolvimento, não pensando, de fato, nos alunos envolvidos e nos alunos que ficam fora de abrangência do suporte financeiro oferecido. Gerando, assim, uma formação voltada às demandas do mercado, não sendo reproduzida para a construção de um processo educativo humanizado, sendo caracterizada por questões imediatistas, relacionadas aos interesses das classes dominantes, do próprio capital.

REFERÊNCIAS

CENTRO PAULA SOUZA. **Funções e Competências**, 2024. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/institucional/sobre-o-centro-paula-souza/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CARMO, Francisca M. do; RABELO, Josefa J.; SEGUNDO, Maria das D. Mendes. O caráter classista do ensino profissionalizante no Brasil: elementos históricos e sociais. In: LIMA FILHO, Domingos L.; NOVAES, Henrique T.; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos (org.). **Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas** - Vol. 2. Marília: Editora Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023.

DANTAS, Gisele Kemp Galdino. **Política educacional paulista (1995-2012): dos primórdios da reforma empresarial neoliberal à consolidação do modelo gerencial**. 2013. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA). Biblioteca Depositária: Campus de Marília.

FREITAS, L. C. DE. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1a edição ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRERES, H.de A. **Educação e a Ideologia da Empregabilidade**: Formando para o (Des)Emprego. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 77-108.

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. 2003. 384 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1594752>. Acesso em: 5 out. 2024.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

MAIA FILHO, O. N. et al. O modelo liberal tecnoburocrático e as recentes reformas educacionais brasileiras: limites da tese reformista na perspectiva marxista. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. e240009, 2019.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

Manifesto dos Educadores mais uma vez convocados (janeiro 1959). https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4922/doc2_22e.pdf

MEDEIROS, Lais de Leiros. **As políticas de gestão do Centro Paula Souza e a precarização do trabalho docente**. 2018. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA). Biblioteca Depositária: UNESP, Campus de Marília.

MENDONÇA, S. G. L. Neoliberalismo, (contra) reformas e Educação. In CARUSO, H., SANTOS, M. B. (orgs.). **Rumos da sociologia na educação básica: reformas, resistências e experiências de ensino**. Porto Alegre: Cirkula, 2019.

MERCURIO, Bruno Michel da Costa. **Integração do ensino técnico ao médio na habilitação profissional em agropecuária no Centro Paula Souza: limites e contradições**. 2021. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA). Biblioteca Depositária: UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

MERCURIO, Bruno M. da Costa; NOVAES, Henrique Tahan. Expansão precarizada do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) nos anos 2000. In: LIMA FILHO, Domingos L.; NOVAES, Henrique T.; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos (Org.). **Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas - Vol. 1**. Marília: Oficina Universitária; Marília: Lutas Anticapital; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A educação para além do capital**. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Carmem Sylvia V. **Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica**. In: VIDAL, Diana G.; HILSDORF, Maria Lúcia S. (orgs.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: Edusp, 2001.

MORAES, C. S. V.; REIS, E. D. D.; ALENCAR, F. Educação profissional paulista e relações público-privadas na política curricular: Centro “Paula Souza” (1995-2018). **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. e270005, 2022.

NOVAES, H. T.; OKUMURA, J. H. **Introdução à política educacional em tempos de barbárie**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

RAFAEL, I. M. de S. C.; RIBEIRO, L. T. F.; SEGUNDO, M. das D. M. A crise do capital e a relação com a educação brasileira. **Educação, [S. l.]**, v. 41, n. 2, p. 375–386, 2016. DOI: 10.5902/1984644419221. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/19221>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SANTOS, Deribaldo. **Educação profissional: crise e precarização**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

SAVIANI, D. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOUZA, Liliane Bordignon de. **Professores do ensino técnico, no Estado de São Paulo, 1990-2009: reformas educacionais e mudanças nas condições e organização do trabalho**. Orientação de Aparecida Neri de Souza. Campinas, SP: [s.n.], 2010. 116 f. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1612579>. Acesso em: 8 jan. 2024.